Ministérios

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 717, DE 13 DE SETEMBRO DE 1994

O **MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições, e **CONSIDERANDO** a necessidade de uma ação mais efetiva na investigação dos crimes que atentem contra os direitos humanos;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério da Justiça zelar pela ordem jurídica interna e, por meio do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, apurar denúncias de condutas e situações contrárias aos direitos humanos;

CONSIDERANDO que o pleno exercício das atividades afetas ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana pressupõe a realização de diligências de natureza investigatória;

CONSIDERANDO a conveniência de o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana dispor de mecanismos próprios, sob sua autoridade direta, para realizar as investigações necessárias; e

CONSIDERANDO, ademais, o que consta do Processo MJ nº 8000.012337/94-99, resolve:

Art. 1º Criar, no âmbito do Departamento de Assuntos de Segurança Pública da Secretaria de Polícia Federal, o Grupo Permanente de Investigação de Violações aos Direitos Humanos, composto por especialistas da área de investigação criminal, com a finalidade de apoiar o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana na apuração de denúncias de violações dos direitos humanos.

§ 1º Os membros do Grupo serão designados pelo Diretor do Departamento de Assuntos de Segurança Pública, dentre os servidores colocados à disposição daquele órgão, a quem estarão administrativamente subordinados.

§ 2º A atuação do Grupo será promovida por requisição do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, referendada pelo Ministro da Justiça.

§ 3º Os trabalhos do Grupo serão supervisionados pelo Diretor do Departamento de Assuntos de Segurança Pública.

§ 4º O Grupo manterá permanente cooperação com a Coordenadoria-Geral do CDDPH.

Art. 2º Incumbe ao Grupo Permanente de Investigação de Violações aos Direitos Humanos:

- I - prestar, quando solicitado, apoio operacional às ações do CDDPH;
- II - atuar de forma sistemática na coleta de dados, produção de informações e avaliação de casos de violações aos direitos humanos;
- III - efetuar articulação com órgãos e autoridades que possam concorrer para elucidação dos casos investigados;
- IV - encaminhar ao CDDPH os relatórios referentes aos trabalhos efetuados.

Art. 3º Para garantir o exercício de suas funções, os membros do Grupo Permanente de Investigação de Violações aos Direitos Humanos receberão credenciamento especial, com prerrogativas estabelecidas em identificação funcional aprovada e subscrita pelo Ministro da Justiça.

Art. 4º O Grupo Permanente de Investigação de Violações aos Direitos Humanos solicitará, quando necessário, o apoio dos órgãos integrantes da estrutura do Ministério da Justiça, observadas suas áreas de atribuições.

Parágrafo único. O Departamento de Polícia Federal, quando solicitado, prestará o necessário apoio logístico ao desempenho das missões do Grupo nas unidades da Federação, inclusive realizando diligências complementares.

ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS

(Of. nº 143/94)

SECRETARIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA E JUSTIÇA

PORTARIA Nº 46, DE 9 DE SETEMBRO DE 1994

O **SECRETÁRIO DOS DIREITOS DA CIDADANIA E JUSTIÇA**, usando da atribuição que lhe confere o item XI do artigo 96 do Decreto nº 99.244, de 10-de-maio de 1990, resolve:

Conceder o registro referido no artigo 20 do Decreto nº 64.398, de 24 de abril de 1969, à **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZERRE - ABCI**, com sede na Praça Vicente Rodrigues da Cunha nº 188, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, para exercer a atividade de microfilmagem de documentos (Processo MJ nº 9678/94-31).

PEDRO ANTONIO DE AVELLAR

(Nº 789-1 - 29-7-94 - R\$ 48,89)

Departamento de Classificação Indicativa

PORTARIAS DE 5 DE SETEMBRO DE 1994

O Diretor do Departamento de Classificação Indicativa da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça do Ministério da Justiça, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal, resolve classificar, o filme:

Nº 940 - O PESCADOR DE ILUSÕES (THE FISHER KING, EUA - 1971). Direção: Terry Gilliam. Distribuidor: Columbia Tri-Star Films of Brasil. Inc. Gênero: comédia. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - veiculação em qualquer horário. Processo MJ Nº 08000-013701/94-65. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 941 - O PRÍNCIPE DAS MARÉS (THE PRINCE OF TIDES, EUA - 1991). Direção: Barbra Streisand. Distribuidor: Columbia Tri-Star Films of Brasil, Inc. Gênero: drama. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - desaconselhável a exibição antes das 21 horas. Impropriedade: conflitos psicológicos. Processo MJ nº 08000-013703/94-91. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 942 - QUEIMANDO-SE LENTAMENTE (SLOW BURN, EUA - 1989). Direção: Matthew Chapman. Distribuidor: MCA Filmes do Brasil Ltda. Gênero: drama. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - desaconselhável a exibição antes das 21 horas. Impropriedade: violência e insinuações de sexo. Processo MJ Nº 08000-013704/94-53. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 943 - RETRATOS DE UM CRIME (SOMEBODY HAS TO SHOOT THE PICTURE, EUA - 1990). Direção: Frank Pierson. Distribuidor: MCA Filmes do Brasil Ltda. Gênero: drama/aventura. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - desaconselhável a exibição antes das 21 horas. Impropriedade: tensão e suspense. Processo MJ Nº 08000-013705/94-16. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 944 - ROCK HUDSON (ROCK HUDSON, EUA - 1990). Produtor: Allied Communications Inc. Direção: John Nicolella. Distribuidor: Mega - Distribuidora de Filmes Ltda. Gênero: drama. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - desaconselhável a exibição antes das 21 horas. Impropriedade: desvirtuamento de valores éticos. Processo MJ Nº 08000-013706/94-89. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 945 - MENSAGEIRO DA MORTE (MESSENGER OF DEATH, EUA - 1988). Produtor: Golan - Globus Production. Direção: Pancho Kohner. Distribuidor: Viacom Video Audio Comunicações Ltda. Gênero: policial. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - desaconselhável a exibição antes das 21 horas. Impropriedade: violência e tensão. Processo MJ Nº 08000-013530/94-18. Requerente: Viacom Video Audio e Comunicações Ltda.

JOSÉ NAZARENO SANTANA DIAS

DESPACHOS DO DIRETOR

Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.
Assunto: Reconsideração do despacho que classificou o filme O CABARET DOS ANDRÉS, para televisão como inadequado para antes das 23 horas.
Processo MJ Nº 08000-011620/94-94, portaria nº 828 de 26.07.94, publicada no DDU de 11.08.94.

Indefiro o pedido de reconsideração, mantendo a classificação disposta na portaria nº 828/94.

Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.
Assunto: Reconsideração do despacho que classificou o filme LUCRECIA, para televisão como inadequado para antes das 23 horas.
Processo MJ Nº 08000-011622/94-10, portaria 830, de 26.07.94, publicada no DDU de 11.08.94.

Indefiro o pedido de reconsideração, mantendo a classificação disposta na portaria nº 830/94.

Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.
Assunto: Reconsideração do despacho que classificou o filme OS PRAZERES DO PARAÍSO, para televisão como inadequado para antes das 23 horas.